## PARECER DE PLENÁRIO ÀS EMENDAS DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº 4.719, DE 2020

## EMENDAS DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº 4.719, DE 2020

Dispõe sobre isenção de tributos federais, nos termos do Código Tributário Nacional, para a doação de medicamentos para entidades reconhecidas como de utilidade pública.

NOVA EMENTA: Estabelece a isenção de tributos federais para a doação de medicamentos à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, às santas casas de misericórdia, à Cruz Vermelha Brasileira e a entidades beneficentes certificadas na forma da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

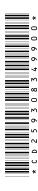
NOVA EMENTA: Estabelece a isenção de tributos federais para a doação de medicamentos aos órgãos da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e às entidades reconhecidas como de utilidade pública

**Autor:** Deputado GENERAL PETERNELLI **Relator:** Deputado MOSES RODRIGUES

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.719, de 2020, do Deputado GENERAL PETERNELLI, foi aprovado pela Câmara dos Deputados, tendo sido a matéria remetida ao Senado Federal em 03/11/2025. Naquela Casa, sofreu alterações de mérito, remetidas de novo à Câmara dos Deputados em 24/10/2025, sob a





forma de Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.719, de 2020, descritas a seguir.

A primeira modificação foi na ementa da proposição, que passou à seguinte redação: "Estabelece a isenção de tributos federais para a doação de medicamentos aos órgãos da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e às entidades reconhecidas como de utilidade pública."

Outra modificação ocorreu no art. 1º, com a substituição do termo "à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, às santas casas de misericórdia, à Cruz Vermelha Brasileira e a entidades beneficentes certificadas na forma da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021" pelo termo "órgãos da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e às entidades reconhecidas como de utilidade pública". Além dessa alteração, foram detalhados, nos §§1º e 2º, quais as entidades serão consideradas de utilidade pública (§1º) e quais os tributos serão abrangidos (§2º), que era o parágrafo único na redação final aprovada pela Câmara dos Deputados.

No art. 2°, o Senado aprovou uma emenda para alterar a redação do inciso I, com o objetivo de uniformizar o texto com as alterações que foram promovidas na ementa e no art. 1°.

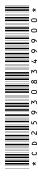
Por fim, foi modificada a redação do dispositivo que prevê a possibilidade de regulamentação da lei – delegando-a ao Poder Executivo, em vez da Receita Federal – e acrescentando-se as atividades de controle e fiscalização como objeto a ser regulamentado.

No seu retorno à Câmara dos Deputados, para apreciação das modificações aprovadas no Senado Federal, a matéria foi distribuída às Comissões de Saúde, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**





As Emendas oriundas do Senado Federal trazem aprimoramentos ao texto elaborado anteriormente pela Câmara dos Deputados. Merece destaque a melhoria na definição de quais entidades poderão ser consideradas de "utilidade pública". A alteração na Ementa e no art. 1º traz maior uniformidade com o ordenamento jurídico vigente.

Além disso, o texto aprovado na Câmara fazia menção às santas casas de misericórdia, à Cruz Vermelha Brasileira e a entidades beneficentes certificadas nos termos da Lei Complementar 187/2021. A alteração buscou ser mais genérica e ampliar o rol de entidades, incluindo as organizações sociais (da Lei nº 9.637/1998); as organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIP (Lei nº 9.790/1999); e as organizações da sociedade civil (da Lei nº 13.019/2014).

Nesse sentido, as emendas promovidas pelo Senado Federal se mostram meritórias e oportunas e merecem ser acolhidas.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Saúde, somos pela aprovação das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.719, de 2020.

No âmbito da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), somos pela adequação financeira e orçamentária da matéria, e, no mérito, pela aprovação das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.719, de 2020.

Pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC), somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.719, de 2020.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado MOSES RODRIGUES Relator

2025-20470



